

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SÁNCHEZ-ALBORNOZ Y MENDUIÑA, Claudio (Madrid, 1893 – Ávila, 1984).

Claudio Sánchez-Albornoz nasceu em Madrid, no dia 7 de abril de 1893, porque essa semana o seu pai jurava como deputado nas Cortes; mas cresceu em Ávila, onde a sua família tinha tido ao longo do século XIX um notável desempenho político. O seu tataravô, por exemplo, tinha colaborado com Juan Álvarez Mendizábal (1790-1853), figura central da revolução liberal espanhola; e o seu tio-avô, Lucio Sánchez Albornoz, tinha sido destituído como ‘regidor’ da cidade pela negativa a jurar a Constituição de 1869. Foram tantas as histórias que, ao longo da sua infância e da sua adolescência, CSA herdou dessa família burguesa, primeiro revolucionária e depois conservadora, que dizia poder escrever ‘o esqueleto’ de uma história de Espanha no século XIX a partir das conversas com a sua bisavó. Prova do impacto desses relatos na sua formação é o primeiro ensaio que publicou, com apenas dezoito anos, intitulado «Ávila desde 1808 hasta 1814». Este ambiente familiar, e o facto de ter crescido a ler as atas das sessões de Cortes, que ocupavam uma parte das estantes da casa dos pais, orientaram-no para o Direito. Todavia, no ano 1911, conheceu a Eduardo de Hinojosa y Naveros (1852-1919), investigador especializado no estudo das bases germânicas do Direito espanhol e na história medieval da Península Ibérica, e muito influenciado pela historiografia alemã, que o animou para estudar História. Acabava de ser criado o *Centro de Estudios Históricos*, que fazia parte do programa da *Institución de Libre Enseñanza* e era dirigido por Ramón Menéndez Pidal. Este e outros membros do *Centro* seriam marcantes na formação de CSA.

A carreira académica de CSA foi vertiginosa: licenciado em 1913 e doutor em 1914 pela Universidad Central, membro do *Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos* em 1915, catedrático na universidade de Barcelona em 1918 e, desde 1920, na Universidad Central, antes desta última data tinha lecionado também na universidade de Valladolid. Em 1921, por sugestão de Ramón Menéndez Pidal, decidiu participar num concurso nacional sobre as instituições no reino das Astúrias com um trabalho – que permaneceu inédito – intitulado *Historia del Reino de Asturias y de sus Instituciones*. Para preparar a sua investigação visitou dezenas de arquivos e elaborou fichas que seriam a base de grande parte dos seus trabalhos posteriores. Esta fase da Alta Idade Média ibérica – o período de formação dos reinos asturiano-leonês e castelhano – foi ao mesmo tempo o ponto de partida e a principal referência das suas investigações, nas quais sublinhou o peso desses séculos nos posteriores – e não apenas nos medievais, mas também nos modernos e nos contemporâneos – e a sua importância na origem e desenvolvimento das instituições ibéricas, objeto de grande parte dos seus trabalhos. Em relação direta com estas temáticas, pouco depois de receber o prémio do concurso, em 1924, CSA



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

fez parte da equipa que fundou o *Anuario de Historia del Derecho Español*. A publicação, dividida em quatro partes – artigos sobre história dos direitos espanhol, muçulmano e hispano-americano, documentos, bibliografia e ‘Varia’ –, era dirigida por discípulos de Eduardo de Hinojosa e estava inspirada em modelos franceses e alemães. No primeiro número foram publicados textos de vários especialistas estrangeiros, como Ernest Mayer e Paulo Merêa, entre outros. Mesmo se CSA aparecia no *Anuario* como *secretario de redacción*, foi desde o início a alma da revista e, a partir de 1928, o principal editor.

A historiografia espanhola vivia, na altura, uma reorientação europeísta que em boa medida era herdeira do *regeneracionismo* posterior a 1898. Espanha entrara, com o fim da Guerra da Independência Cubana, num período de reflexão marcado pelas noções de desastre e decadência, e os intelectuais do *Centro de Estudios Históricos* assumiram como responsabilidade própria a recuperação moral do país. Para impulsar essa recuperação foram à procura da ‘intra-história da nação’; isto é, daquilo que a diferenciava de outras, que estivesse na origem da sua formação e determinara a sua identidade. Através da localização e da análise dos documentos preservados em arquivos e bibliotecas, de textos conservados e de romances transmitidos oralmente, definiram os primórdios e os primeiros passos de uma cultura original e diferente, que se tinha desenvolvido e evoluído em paralelo às outras culturas europeias. Utilizaram as metodologias científicas consagradas pela comunidade internacional para sublinhar aquilo que diferenciava a nação espanhola das outras, e também para valorizá-lo. Em consequência, e seguindo o modelo desenvolvido noutros países em Oitocentos para construir as histórias nacionais ocidentais, mergulharam na história das instituições e na evolução do Direito nos séculos posteriores à desintegração do Imperio Romano, que identificaram como a fase em que, devido à divisão geopolítica de Europa, era possível situar as origens das nações contemporâneas. Os trabalhos de CSA ficaram desde cedo enquadrados dentro desta perspetiva de estudo das temáticas histórico-jurídicas medievais a partir das metodologias alemãs e francesas, mas com base nos documentos e nos dados que permitiam diferenciar a história espanhola, determinar aquilo que a fazia única.

No ano de 1926 CSA ingressou na *Real Academia de la Historia* com uma palestra intitulada «Estampas de la vida en León durante el siglo X» e, entre os anos 1927 e 1928, viveu em Viena e participou no seminário dirigido pelo professor Alfons Dopsch (1868-1953) no instituto austríaco de investigação histórica (*Institut für Österreichische Geschichtsforschung*), que influenciou decisivamente nas suas concepções historiográficas. Para além de focar a atenção na história das instituições, Dopsch discordava das periodizações e defendia as mudanças graduais, as evoluções progressivas. A presença destas ideias na obra de CSA, bem como uma concepção teleológica, quer da História – *magistra vitae* que explica o presente – quer da própria vida, foram constantes na sua obra. Paralelamente, ao longo de toda a sua carreira imperou um forte rigor de método que o levou a questionar todas as teorias, alheias e próprias, a partir de uma constante leitura e releitura das fontes, de uma análise profunda dos documentos e de um forte espírito crítico. A detalhada revisão e fundamentada crítica das propostas teóricas de outros historiadores, anteriores e coevos, ocupa uma parte significativa dos seus trabalhos. O conjunto da sua obra foi construído sobre umas ideias próprias que frequentemente testava e que visavam definir um eixo explicativo da história de Espanha, dentro do qual as instituições medievais tinham



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

o protagonismo.

De regresso em Espanha, no ano 1928, depois de ter visitado vários países europeus, CSA começou a dirigir um seminário de história das instituições medievais espanholas, integrado por muitos dos seus orientandos, que em 1932 deu origem ao *Instituto de Estudios Medievales*. A principal missão do instituto era a publicação dos *Monumenta Hispaniae Historica*, uma coleção documental similar às que já na altura tinham sido publicadas em Alemanha, França e Portugal. Estas fontes seriam os pilares para a construção de um discurso histórico-jurídico paralelo e irmanado com o discurso que os especialistas em história da literatura tinham construído no *Centro de Estudios Históricos*: uma história de Espanha com ‘o povo’ como protagonista e Castela como centro de gravidade. O protagonismo do povo na construção da identidade nacional legitimava-a e tornava-a perpétua, e o peso de Castela acentuava a oposição destes investigadores à ideia de uma Espanha ‘invertibrada’. Escrevia-se assim uma historiografia nova, liberal e conservadora do ponto de vista político, muito atenta à história municipal e ao estudo das cidades – onde ‘o povo’ residira –, compatível com os discursos historiográficos de outros países europeus e distanciada do relato criado pelo Romantismo, que tinha desenhado uma história nacional fortemente marcada por elementos religiosos.

A atenção às instituições nos estudos de CSA não esteve limitada às jurídicas. Temáticas como o comércio, a propriedade da terra ou os senhorios medievais foram observadas nos seus trabalhos desde a perspectiva do estudo das ‘instituições sociais’, de tal maneira que o objeto era sempre a instituição – por exemplo, no caso das *behetrias* castelhanas, a *encomendación* – e as suas características formais determinavam a substância desse objeto. Assim, a partir de uma análise empírica – baseada nos documentos coevos – das formas sociais, valorizava a sua evolução como consequência do passo do tempo e da adequação às circunstâncias, e privilegiava sempre o fundo permanente, a estrutura mantida ao longo dos séculos. Instituições como as *behetrias* – comunidades que escolhiam o seu senhor – ou as reuniões de cortes tiveram, para CSA, origem nas sociedades alto-medievais, e depois evoluíram mantendo a sua essência formal. Esta teoria teve um enorme peso nas investigações posteriores e, embora em parte matizada, tem sido também reforçada por estudos relativamente recentes. Várias destas premissas, aliás, serviram de base para a aplicação de algumas das medidas políticas que caracterizaram a Segunda República, como o projeto de lei de reforma agrária.

CSA começou a desenvolver atividades políticas durante a ditadura de Miguel Primo de Rivera (1923-1930) por considerar que era um ‘dever civil’, mas sempre afirmou que este foi um ‘caminho torto’ que o afastou da investigação. Ingressou na *Acción Republicana* de Manuel Azaña e, desde a proclamação da Segunda República, no dia 14 de abril de 1931, desempenhou diversos cargos políticos, para além de ser reitor da Universidad Central: deputado por Ávila, presidente da Comisión de Instrucción Pública, ministro de Estado, ministro de Negocios Extranjeros, embaixador em Portugal, vice-presidente das Cortes. Contudo, sempre afirmou que não se via a si próprio como um político e que o seu único propósito tinha sido “encarrilar o destino de Espanha”. Definia-se como “espanhol, democrata, liberal, católico e republicano” e partilhava as ideias de centro-esquerda de Azaña porque era contrário à intolerância dos sectores mais tradicionais, mas também à intransigência dos mais radicalizados. Na sua intervenção no debate para a aprovação da Constitución de 1931 aplaudiu a política socialista e a “justiça das suas reivindicações”, bem como a “tendência



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

autonomista”, por pensar que “Espanha sempre tem sido uma e múltipla”. O seu principal projeto político foi a já citada lei de reforma agrária, que visava restituir a propriedade da terra aos camponeses através de expropriações. Pretendia combater os abusos e recusava-se a suavizar a norma com medidas paliativas, como as indemnizações. A suspensão da reforma, em 1933, significou para ele o anúncio do fim da República.

No dia 15 de maio de 1936, CSA chegou a Lisboa no comboio procedente de Madrid com o objetivo de tentar melhorar as relações entre o governo da República Espanhola e o regime de Salazar. Na estação foi recebido por jovens estudantes, apoiantes democratas, um grupo de fascistas e milhares de polícias. Numa intervenção no Radio Clube Português defendeu a ideia republicana de criar “uma Espanha melhor”, “em paz dentro de leis morais e humanas novas”, e explicou que para seguir uma “rota criadora de Espanha” distanciada de regimes estranhos, da direita ou da esquerda, intelectuais como ele próprio tinham-se “lançado ao mar das paixões políticas”. Minutos depois da intervenção – que seria publicada na íntegra no jornal *O Século* – foi lido na Emissora Nacional o discurso de D. João I na altura da batalha de Aljubarrota. Nas semanas seguintes, as referências a Aljubarrota repetiram-se de maneira quase constante, até ao ponto do novo embaixador dizer que “a batalha que perdeu Castela há sete séculos poderia crer-se que fora ganha pela ditadura atual anteontem”. Episódios deste tipo, junto com a imagem que a imprensa portuguesa dava da situação política espanhola, que CSA julgava aumentada, revelavam a tensão entre o regime salazarista e o governo republicano.

No seu discurso de apresentação como embaixador, CSA quis sublinhar o seu apego pelo país. “Amo Portugal”, afirmou, “desde os anos já distantes da minha mocidade; sinto admiração pelos seus gestos heroicos, pelas suas letras gloriosas e pela sua arte esplêndida; corre sangue português nas veias dos meus filhos”. Noutras intervenções falou da unidade cultural entre as duas nações, do sentido de hispanidade partilhado pelos dois povos, da importância de colaborar académica e cientificamente. Visitou várias instituições, foi calorosamente recebido na Academia das Ciências e depositou uma coroa de flores no túmulo nos Jerónimos de Alexandre Herculano, por quem sentia grande admiração e em quem reconhecia as grandes virtudes de “inteligência, erudição e uma maravilhosa pena”. Nesta visita participaram também alguns investigadores do *Instituto de Estudios Medievales* que nessa altura estudavam a documentação preservada no arquivo da Torre do Tombo.

O bom acolhimento de CSA nos ambientes intelectuais contrastava com a frialdade do governo, que direta ou indiretamente lançava mensagens agressivas contra Espanha, mesmo mantendo as formalidades. Este foi o enquadramento da entrevista do embaixador com Oliveira Salazar, no dia 13 de junho. O presidente do Conselho, de “boa estatura”, “rosto afeitado e pálido perfil semita” e “olhos claros não grandes que sorriem sem esforço e com frequência, e quase se fecham para melhor aprofundar no pensar íntimo do seu interlocutor, ou por qualquer defeito visual não corrigido”, começou por estabelecer as duas condições para a presença em Portugal do representante do governo espanhol: respeitar a independência portuguesa e não interferir na “vida interior” de Portugal. Salazar mudou o tom da conversa depois de ouvir as palavras tranquilizadoras de CSA e, mesmo se insistiu na exigência de silenciar alguns sectores da política e da imprensa espanhola que transmitiam uma imagem negativa do regime português, passados alguns minutos apresentou-se como um cansado professor de Economia, enfraquecido pela insónia, que tinha assumido funções



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

políticas por ser “bom administrador de um povo”. Contudo, a impressão que causou em CSA não foi positiva, e depois escreveria que tinha encontrado um ser solitário e austero, que acreditava num homem sem necessidades nem desejos, obsessivo com a poupança, aparentemente muito distanciado do “governante todo-poderoso” e, do seu ponto de vista, carente de qualquer “génio renovador”. A impressão intelectual foi, talvez, a mais negativa. CSA afirmaria ter ouvido apenas frases sem relevo do *estudioso no con exceso talentado*.

No mês de julho desse ano o golpe militar contra o governo presidido por Manuel Azaña deu início em Espanha à guerra civil. Os sublevados, pelos quais as autoridades portuguesas e os sectores mais conservadores do país mostraram aberta simpatia, comunicaram a CSA a sua destituição como embaixador. Ele permaneceu em Lisboa, acolheu na embaixada os refugiados que chegaram fugindo das áreas ocupadas e registrou os seus testemunhos. O regime salazarista proibiu qualquer manifestação de apoio ao governo republicano espanhol e isolou a embaixada, que não recebia comunicações oficiais nem o dinheiro enviado de Espanha para a manutenção dos seus funcionários e as despesas quotidianas. Através de informantes clandestinos, CSA sabia que de Portugal estava a ser transferido dinheiro aos sublevados espanhóis e que submarinos e barcos carregados de armamento, muitos deles alemães e italianos, passavam pelos portos portugueses com destino desconhecido. Dois polícias ao serviço da embaixada desapareceram uma noite e foram localizados já em Espanha, depois de terem sido raptados e obrigados a engrossar as filas do chamado ‘bando nacional’. Os protestos do embaixador não eram ouvidos e as ameaças constantes obrigaram a vários diplomatas espanhóis, entre os quais o cônsul, a abandonar Portugal e fugir para França. Fascistas e monárquicos espanhóis atacavam constantemente os republicanos residentes, com o apoio da polícia portuguesa, e aqueles que conseguiam atravessar a fronteira à procura de asilo eram levados de volta para serem fuzilados. Nestas circunstâncias, a maior parte dos funcionários da embaixada demitiram-se.

Salazar temia que o sistema de governo estabelecido em Espanha desde 1931 chegasse a Portugal, e também sentia uma proximidade ideológica com os sublevados espanhóis e com os regimes que governavam Alemanha e Itália. Porém, nas semanas que seguiram ao ‘pronunciamento’ não cortou as relações com a República espanhola. CSA, pelo seu lado, pensava que o governo português estava à espera de que fosse o espanhol quem desse o passo e que a sua saída de Lisboa, pressionado pelas constantes ameaças dos falangistas contra ele próprio e contra os seus filhos, seria o pretexto para escolher um bando. Por esse motivo resistiu até os fins de outubro, quando o regime salazarista passou a apoiar abertamente aos sublevados. Exilado em Bordéus, com uma cátedra na universidade parcialmente sufragada pela fundação Rockefeller, conseguiu regressar a Espanha e recuperar os seus ficheiros; mas as entrevistas com os responsáveis do bando republicano convenceram-no de que a guerra estava perdida. No ano 1939, depois de a sua casa em Madrid ser saqueada, pediu aos seus pais que o deserdassem para que o novo governo não pudesse apropriar-se de nada mais. Nessa altura, o início da Segunda Guerra Mundial e o temor a que Bordéus fosse bombardeada obrigaram-no a enterrar as suas fichas no jardim da casa. Quando a cidade foi ocupada pelos alemães teve de fugir de novo com as suas fichas, mas já sem a sua família. Viajou num barco de Marselha a Argel, num comboio a Casablanca e num veleiro de novo a Lisboa. De Portugal partiu para o Rio de Janeiro e, depois de passar um tempo na Universidad de Cuyo, em Mendoza (Argentina),



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

instalou-se em Buenos Aires, no ano 1942.

CSA só regressaria a Espanha depois da morte de Francisco Franco e o fim da ditadura. Recusou os convites que lhe foram encaminhados nas décadas anteriores, porque considerava que regressar era capitular, e respeitou o compromisso de não emitir opiniões ou juízos que pudessem interferir na política argentina, especialmente durante o primeiro período de governo de Perón. Mesmo assim, a partir de 1946 foi presidente da *Asociación de intelectuales demócratas españoles* e, entre os anos 1962 e 1971, presidente do governo da República no exílio. Longe da sua família, com pouco interesse pelo presente e sempre com dois relógios, um com a hora espanhola e um outro com a argentina, consagrou quarenta anos a pensar em Espanha desde a distância. Separado por um oceano dos arquivos e dos documentos, as fichas que conseguira recuperar duas vezes, e levar consigo a América, foram a principal base dos seus trabalhos. Formou uma importante escola de discípulos, lecionou na Universidad de Buenos Aires, dirigiu o *Instituto de Historia de España*, fundou a revista *Cuadernos de Historia de España*, cultivou a saudade e interrogou-se constantemente sobre o mistério espanhol; aquilo que ele chamava ‘o enigma histórico’, e que deu título ao livro que escreveu em resposta ao ensaio *España en su historia. Cristianos, moros y judíos* de Américo Castro, publicado em 1948.

No seu texto, Castro partia da ideia de que o historiador é um “biógrafo dos povos” e negava a existência de espanhóis antes do século VIII, porque considerava que os judeus e os muçulmanos estiveram no centro da cultura nacional. CSA, pelo seu lado, minimizava a importância do islamismo na identidade ibérica e negava que tivesse havido uma simbiose entre culturas. Em síntese, o primeiro considerava que os rasgos definidores da “morada vital” eram orientais e semitas, e o segundo sublinhava a essência latina e cristã da “contextura temperamental” do povo histórico. O mais chamativo desta interessantíssima polémica é que nela se confrontaram dois investigadores formados no *Centro de Estudios Históricos* e com percursos paralelos, que defendiam a partir do exílio duas noções diferentes do que tinha sido e era Espanha. Assim, e como consequência da guerra, um dos principais debates intelectuais do século XX sobre a identidade espanhola foi desenvolvido a milhares de quilómetros da Península. No que diz respeito à origem de Portugal, ambos autores defendiam a teoria do acaso – a ideia de que o território se tinha tornado independente por ‘acidente’ –, que seria contestada por Jaime Cortesão num ensaio sob o título «Causas da independência de Portugal e da formação portuguesa do Brasil», em 1959.

A imensa obra de CSA caracteriza-se por uma escrita de grande qualidade que revela um excelente ‘contador de histórias’, pela variedade das temáticas analisadas num arco cronológico relativamente amplo – sobretudo porque, a partir das conclusões obtidas das suas investigações sobre o período medieval, elaborou teorias interpretativas que aplicou a épocas posteriores – e por um regresso constante a linhas de investigação que avançam ao longo dos seus trabalhos a partir de revisões recorrentes, com ideias reforçadas e questões em aberto; linhas desenvolvidas de maneira progressiva em estudos que visavam mergulhar nas dúvidas e criar pontos de referência num caminho construído passo a passo. Por este motivo, muitas das críticas às teorias de CSA, que frequentemente rebatem uma única afirmação ou um único trabalho, sem ter em conta o conjunto dos textos dedicados pelo autor à temática, nem sempre estão bem fundamentadas. Tal é o caso do papel central que o autor dava a Castela na construção da história de Espanha, observado por muitos como



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

uma defesa do centralismo político, mas que realmente sublinhava o inegável peso dessa área geopolítica, de um ponto de vista ideológico, económico e – sobretudo – fiscal até ao século XIX. Um outro exemplo é a insistência na continuidade da ideia de ‘reconquista’ desde o século VIII até aos fins do século XV, que o próprio CSA matizou com a identificação de momentos de crise e com o reconhecimento das elites como principais impulsoras do fenómeno. Contudo, a mais polémica das teorias historiográficas de CSA, especialmente em Portugal, tem sido a do ‘despovoamento do vale do Douro’ e posterior ‘repopoação’ nos séculos que seguiram à invasão muçulmana. A ampla discussão sobre a ‘tese do ermamento’, nem sempre citada como foi formulada, tem gerado um dos conjuntos de estudos mais interessantes da historiografia ibérica do século XX.

CSA regressou a Espanha, por apenas dois meses, no ano 1976. Encontrou um país muito diferente daquele que se tinha visto forçado a abandonar e, mesmo se nos anos seguintes recebeu muitos prémios e reconhecimentos, não se quis estabelecer de novo nele. Para aqueles que defendiam a ditadura era um republicano e para os contrários a ela uma personagem anacrónica, com ideias mais próximas à direita, extremamente conservador e muito ligado à Igreja. Os seus trabalhos tiveram um grande peso na historiografia dedicada ao estudo da Idade Média e alguns dos seus discípulos argentinos instalaram-se em Espanha, o que deu continuidade à sua escola. Contudo, e mesmo se uma fundação sediada em Ávila contribuiu para a preservação do seu legado, uma parte substantiva da sua biblioteca e quase todos os seus alunos permaneceram em Argentina. Só no ano 1983, sob a pressão dos seus filhos e gravemente doente, regressou definitivamente. Morreu no verão de 1984, com noventa e um anos, e foi enterrado no claustro da sé de Ávila. Na lápide que cobre os seus restos está escrito *ubi autem spiritus domini, ibi libertas* (onde está o espírito do senhor, há liberdade).

Bibliografia ativa: *En torno a los orígenes del feudalismo*, Mendoza, 1942, 3 vols.; *Ruina y extinción del municipio romano en España e instituciones que le reemplazan*, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1943; *La España musulmana*, Buenos Aires, Ateneo, 1946, 2 vols.; *Una ciudad hispano-cristiana hace un milenio. Estampas de la vida en León*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1947; *España, un enigma histórico*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1956, 2 vols.; *Despoblación y repoblación de la cuenca del Duero*, Buenos Aires, Instituto de Historia de España, 1965; *Estudios sobre las instituciones medievales españolas*, México, Universidad Nacional Autónoma, 1965; *Estudios visigodos*, Roma, Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1971; R. Menéndez Pidal (dir.), *Historia de España*, t. VII, vol. 1, *El reino astur-leonés (722 a 1037). Sociedad, economía, gobierno, cultura y vida*, Madrid, Espasa Calpe, 1980; *Del ayer y del hoy de España*, Barcelona, Planeta, 1980; *Origen de la nación española: el Reino de Asturias*, Madrid, Sarpe, 1985; *Ensayos sobre historia de España*, México, Siglo XXI, 1989.

Bibliografia passiva: CORTESÃO, Jaime (1964), “Causas da independência de Portugal e da formação portuguesa do Brasil”. *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Lisboa: Portugalia Editora, pp. 247-265; GONZÁLEZ DE FAUVE, María Estela, “Don Claudio Sánchez Albornoz y el Instituto de Historia de España en Buenos Aires”. *Cuadernos de Historia de España* 77 (2001-2002), pp. 207-211; GUIANCE, Ariel, “La historiografía española y el

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

medievalismo americano: Sánchez-Albornoz, Américo Castro y la construcción de la identidad nacional a través de la Edad Media”. GUIANCE, Ariel (dir.), *La influencia de la historiografía española en la producción americana*. Madrid: Instituto Universitario de Historia Simancas – Marcial Pons Historia, 2011, pp. 25-58; GUGLIELMI, Nilda, “Homenaje a Claudio Sánchez Albornoz”. *Cuadernos de Historia de España* 77 (2001-2002), pp. 211-218; LÓPEZ SÁNCHEZ, José María, “La escuela histórica del Derecho madrileña: Eduardo de Hinojosa y Claudio Sánchez-Albornoz”. *Cuadernos de Historia de España* 81 (2007), pp. 165-180; MARTÍN, José Luis, *Claudio Sánchez-Albornoz*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1986; MARTÍN, José Luis (coord.), *Claudio Sánchez-Albornoz, embajador de España en Portugal*, Ávila, Fundación Sánchez-Albornoz, 1995; PASTOR, Reyna [et al.], *Sánchez Albornoz a debate. Homenaje de la Universidad de Valladolid con motivo de su centenario*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1993; PÉREZ-PRENDES Y MUÑOZ DE ARRACO, José Manuel, “Semblanza y obra de don Claudio Sánchez Albornoz”. LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.), *En la España Medieval V. Estudios en memoria del profesor D. Claudio Sánchez Albornoz*, Madrid, Universidad Complutense, 1986, pp. 19-52; RODRÍGUEZ TEMPERLEY, María Mercedes, “Lo que guardan los libros: la biblioteca de don Claudio Sánchez Albornoz”. *Estudios de Historia de España* 17 (2015), pp. 1-19; VALDEÓN BARUQUE, Julio, “Claudio Sánchez-Albornoz y Menduiña”, in *Diccionario Biográfico de la Real Academia de la Historia* [Consult. 4 de julho de 2018]. Disponível em WWW: <URL: <http://dbe.rah.es/>>

Covadonga Valdaliso